

A imprensa como instrumento de defesa da Igreja Católica e de reordenamento dos católicos no século XIX

SAMUEL KLAUCK

Resumo

O artigo analisa os discursos de reação da Igreja Católica, no século XIX, a difusão de posicionamentos contrários a instituição, a partir da imprensa. Busca entender como esse instrumento de comunicação, que inicialmente questionou a instituição, provocando rupturas, serviu para a reordenamento dos católicos. As reflexões são construídas em um processo dialógico, a partir dos discursos presentes nos documentos dos pontífices do século XIX, sobre a imprensa. Demonstra a reação conservadora da Igreja, frente às mudanças que eram difundidas no período, em ações condenatórias da má imprensa e em apelos e na implantação da boa imprensa que serviria para solidificar a identidade católica entre os leitores.

Palavras-chave

Igreja. Imprensa. Século XIX. Identidade Católica.

The press as an instrument of defense of the Catholic Church and reordering catholics in nineteenth century

Abstract

This article analyzes the discourses of reaction of the Catholic Church in the nineteenth century, the spread of placements against the institution, from the press. Seeks to understand how this communication tool, which initially challenged the institution, disrupting, served for the redevelopment of the Catholics. The reflections are constructed in a dialogic process, the discourses present in the documents of the popes of the nineteenth century, on the media. Demonstrates the conservative reaction of the Church, before the changes that were widespread in the period, shares of sentencing appeals and bad press and the building of good press that would serve to solidify the Catholic identity among readers.

Keywords

Church. Press. Nineteenth Century. Catholic Identity.

Historicamente a Igreja Católica tem influenciado de forma direta a sociedade ocidental com seus valores, tradições e referências culturais. Situação que, em uma acepção a Certeau (1996, p. 99), foi alcançada às

custas de árdua negociação e utilização de *estratégias*. Durante os séculos de sua existência a Igreja nunca havia sido posta sob conflito tanto quanto no século XIX. Os enfrentamentos provocados pela modernidade contribuíram para que ela propusesse uma reação e a busca de um novo reordenamento da cristandade católica.

Assim, nossas análises centram-se fundamentalmente sobre a ação da Igreja como instituição, em uma reflexão sobre o seu posicionamento frente às transformações do século XIX e a sua reação no campo discursivo e prático para a manutenção da identidade católica dos fiéis a partir da imprensa. Seguem a perspectiva de entender a ação da Igreja para manter, ordenar e reordenar a cristandade católica e, procuram elucidar, a problemática da imprensa católica como instrumento dessa ação.

Para compreendermos e interpretarmos o papel da imprensa como instrumento de manutenção da catolicidade, a partir de um primado defendido pela Igreja, definimos os aportes teóricos vinculados à história social e cultural. De antemão, concordamos com Wernet, que História da Igreja “precisa da Sociologia, das Ciências Políticas, da Economia e da Lingüística para torná-la mais compreensível.” (WERNET, 1987, p. 7). Dentro dessas ciências, os aspectos sociológicos se destacam, já que o estudo da Igreja como instituição deve ser apreendida dos seus aspectos fenomenológicos.

Essa compreensão nos aproxima das reflexões feitas por Bourdieu sobre a economia das trocas simbólicas no campo religioso. No interdiálogo entre Karl Marx e Max Weber, o autor procura responder como a religião e, dentro dela, o trabalho religioso, pode contribuir e/ou impor uma percepção de mundo. Segundo ele, Weber

Em plano mais profundo, chega a construir o sistema de crenças e práticas religiosas como expressão mais ou menos transfigurada das estratégias dos diferentes grupos de especialistas em competição pelo monopólio da gestão dos bens de salvação e das diferentes classes interessadas por seus serviços. (BOURDIEU, 2001, 32)

Ainda segundo o autor, os dois pensadores concordam que a religião acaba contribuindo para que se legitime a relação de “dominantes” e “dominados”. Mas, defende que Weber

[...] nos fornece os meios de escapar à alternativa simplista de que são produto suas análises mais duvidosas, ou seja, à oposição entre a ilusão da autonomia absoluta do discurso mítico ou religioso e a teoria reducionista que torna esse discurso o reflexo direto das estruturas sociais. (Ibid., p. 32)

Desse interdiádo, Bourdieu define que

Em outras palavras, a religião contribui para a imposição (dissimulada) dos princípios de estruturação da percepção e do pensamento do mundo e, em particular, do mundo social, na medida em que impõe um sistema de prática e de representações cuja estrutura objetivamente fundada em um princípio de divisão política apresenta-se como a estrutura natural-sobrenatural do cosmos. (Ibid., p. 33-34)

Dessa síntese apreendemos a definição de Igreja como instituição inserida no mundo social. Da mesma forma, contribui para entender que essa instituição constitui suas bases sobre um sistema de práticas e representações, objetivando organizar tanto a estrutura natural dos seus fiéis como, a partir do trabalho religioso, o espaço do sagrado vinculado ao sobrenatural. As definições de Bourdieu permitem compreender, nas nossas análises, que os discursos, as práticas e as representações emanados da instituição, procuram estabelecer uma ordem, dar um sentido e direcionar as ações dessa estrutura e da sociedade. Também permite compreender que a Igreja é formada por um *corpo de profissionais*, organizados burocraticamente, protegidos em torno de seus dogmas e cultos reproduzidos de forma sistematizada que, no todo, fornece-lhe sustentabilidade e coesão (BOURDIEU, 2001, p. 95). Situação que evidencia a hierarquização das ações do “corpo de profissionais”, no trabalho de manutenção da catolicidade da sociedade.

E a partir do diálogo com Bourdieu pode-se considerar que dessa situação resulta a organização de um campo religioso, onde fica evidente o poder simbólico emanado da instituição.¹ Esta perspectiva ajudará a analisarmos a busca do controle sobre a imprensa, que servirá como instrumento de formação e informação dos fiéis. Também auxiliará na compreensão da ação dos pontífices, dos bispos e do clero, como portadores de um *reconhecimento*, que é legitimado na comunidade católica.

A partir desta delimitação, de antemão, é possível definir que a ação da Igreja, no século XIX, se dará em duas frentes. A primeira centralizada na própria instituição, a partir do reforço da sua estrutura hierárquica e a segunda, na realização de trabalhos de base, atingindo os fiéis. Cabe lembrar que a instituição está inserida em um campo de confrontos, marcados principalmente pela mudança da sociedade ocidental sob o jugo do capitalismo. Esse modelo econômico traz à cena antagonismos entre patrões e operários, fartura e miséria, acúmulo de riquezas e pobreza, entre tantos outros. Situações que não somente se refletem na economia, mas se manifestam principalmente entre a população.

Esse cenário, em conjunto com o florescimento dos nacionalismos, será palco da progressiva exclusão da Igreja, principalmente da sua hierarquia, da organização da vida social, econômica, política e educacional da sociedade. Observa-se, nos apelos dos pontífices do século XIX, que a preocupação com a unidade do clero, compreendido na tríplice hierarquia – Papa, Bispos e Padres – está no sentido de propor uma reação ao afrontamento da modernidade e também em solidificar o papel de mãe condutora da sociedade cristã.

Se a reação se dá em vários campos e de forma dissociada, como nos exemplos das reações das Igrejas nacionais européias, pode-se aferir *a priori*, que o desejo da instituição era a manutenção do seu papel de co-condutora da sociedade. Assim, a partir do reforço de sua hierarquia, expressa nos apelos dos pontífices, de forma discursiva e prática ela organiza paulatinamente sua estrutura. Se, no primeiro momento se destacam as letras conclamatórias, no aspecto prático, no segundo, a formação de um clero voltado à tradição da Igreja e à centralidade de Roma começará a dar resultados.

É desse contexto e sob essa compreensão que é possível perceber a reação da Igreja. Reação significava voltar-se aos problemas, conflitos e contestações sofridas pela instituição e agir. O estabelecimento da unidade hierárquica é sinônimo dessa política de solidificação dos passos da Igreja. O agir passará a ser expresso entre discursos condenatórios e através de ações práticas no cotidiano da sociedade.

A postura da instituição deve ser compreendida associada à segunda frente, agindo entre as comunidades cristãs, propondo seu reordenamento em oposição ao descompasso das transformações do período. Nesse sentido, compreendemos que a ação vinculada ao *dar uma nova ordem à cristandade* está associada ao princípio de proteção dos valores e da tradição católica, o que significou, em outras palavras, reordenar e manter os católicos como católicos, tanto sob o ponto de vista religioso como das práticas litúrgicas.

Contudo, essa reação e esse reordenamento se apresentam sob a roupagem de uma realidade diversa, muitas vezes distinta para cada situação. Mas sob o viés da delimitação da nossa pesquisa, enfocaremos o papel que a imprensa vai ter para a Igreja a partir dos discursos institucionais dentro do contexto do século XIX.

O papel da imprensa na reação da Igreja católica às transformações do século XIX

Parafraseando Hobsbawm, definimos como *Revoluções* as principais mudanças que afetaram grande parte do século XIX. São transformações

profundas que rompem com linhas organizacionais estabelecidas em longas datas, e que tem seu ponto de ruptura a partir do final do século anterior. Em meio a novas propostas, como a definição de um Estado moderno republicano, o estabelecimento do liberalismo como doutrina política e econômica, a laicização dos modelos escolares que mantinham forte vinculação às igrejas, a propagação dos princípios de liberdade, entre tantas outras formas de mudanças, pelo seu caráter inovador, podem ser definidas como revolucionárias.ⁱⁱ

Compreende-se que a Igreja, como uma das principais instituições estabelecidas nesse contexto, mesmo à revelia, acaba sofrendo a influência dessas mudanças. A instituição, que há séculos havia construído sua soberania estabelecendo uma “parceria” com a vida política, unindo as funções laicas e religiosas em suas mãos, se vê obrigada a rever seus posicionamentos, doutrinas, e, principalmente, a propor reações que possibilitassem a manutenção do seu espaço dentro da sociedade.

O século XIX é marcado por um cenário de grandes embates no campo discursivo. Para a Igreja, as transformações advindas do processo *revolucionário* causaram os primeiros impactos na sua estrutura, caracterizada por um discurso conservador. Ela estava sendo questionada no que mais lhe caracterizava: a organização e o ordenamento do rebanho, seja em caráter temporal ou religioso, desde a revolução francesa. Intelectuais, como os iluministas, atribuem à Igreja um papel de condução das ações religiosas, defendendo com veemência a total supressão da sua participação nas atividades temporais.ⁱⁱⁱ

O discurso de laicização do Estado e de todas as suas atribuições provocou uma reação da instituição religiosa, sustentada por um contra-discurso. A reação da Igreja será de forma hierarquizada, compreendendo que no cenário do século XIX pôde-se evidenciar a Igreja Católica como uma instituição fragmentada, com movimentos religiosos que, localizados dentro da própria instituição,^{iv} atrapalhavam uma política unitária. Percebe-se que essa fragmentação pôde servir como princípio de contestação, ao retomar sua gênese organizativa através do ordenamento hierárquico, homogeneizando suas ações para enfrentar as transformações do século.

As fontes produzidas pela própria Igreja nos permitem corroborar a ação contra-discursiva. Enquanto as transformações do século estavam em curso, a principal ação da instituição foi promulgar letras condenatórias e, consecutivamente, apelar para seu clero na busca da unidade e na propagação destas. Um dos primeiros documentos que permite aferir essa situação é a carta encíclica *Mirari Vos*, publicada pelo papa Gregório XVI, em 15 de agosto de 1832.^v Dentro de um contexto conturbado, a ação do papa se limita a condenar

os principais erros do seu tempo. Contudo, compreendemos sua ação como um esforço para retomar a definição de comunidade católica e ordenar um espaço temporal e religioso. Assim, neste contexto, Gregório destaca que:

A maldade rejubila alegre, a ciência se levanta atrevida, a dissolução é infrene. Menospreza-se a santidade das coisas sagradas, e o culto divino, que tanta necessidade encerra, não é somente desprezado, mas também vilipendiado e escarnecido. Por esses meios é que se corrompe a santa doutrina e se disseminam, com audácia, erros de todo gênero. [...] Combate-se tenazmente a Sé de Pedro, na qual pôs Cristo o fundamento da sua Igreja; forçam-se e rompem-se, momentaneamente, os vínculos da unidade. Impugna-se a autoridade divina da Igreja e, espezinhados os seus direitos, é submetida a razões terrenas; com suma injúria, fazem-na objeto do ódio dos povos, reduzindo-a a torpe servidão. O clamoroso estrondo de opiniões novas ressoa nas academias e liceus, que contestam abertamente a fé católica, não já ocultamente e por circunlóquios, mas com guerra crua e nefária; e, corrompidos os corações dos jovens pelos ensinamentos e exemplos dos mestres, cresceram desproporcionalmente o prejuízo da religião e a depravação dos costumes. (GREGÓRIO XVI, 1947, p. 4-5)

A tonalidade da crítica e as lamentações esboçadas pelo pontífice, em síntese, representam o fervor do momento e a situação de ataque em que a Igreja se encontrava. Compreendemos que esse ataque não é vazio ou temporalmente estático. Historicamente a Igreja Católica, em diversas situações conseguiu frear as “novidades”, contestações e questionamentos contra sua unidade.^{vi} A diferença desse contexto é que as transformações são externas à instituição, representadas pela consolidação do processo de laicização da sociedade e das formas de Estado, decorrentes do novo modelo econômico e do desenvolvimento do pensamento científico moderno.

Nas palavras do Gregório XVI pode-se perceber o constrangimento à usurpação do espaço, diga-se privilegiado, ocupado pela Igreja. Dentro de uma definição temporal optamos por classificar a reação pontifícia como exemplo do auge das políticas de contestação e de conclamação à reação. Isso não significa que a Igreja tenha ficado aquém das transformações de outros tempos, mas sim, que nesse momento, ela realmente percebe que está sendo alvejada de forma direta e com características duradouras, exigindo a tomada de decisões rápidas e unificadas. Decorre disso um apelo à unidade da Sé Católica universal.

Encontramos na própria *Mirari Vos*, de forma explícita, esse apelo. A carta em si, já é destinada a todos os Patriarcas, primazes, arcebispos e bispos católicos. O orbe católico, representado pela estrutura hierárquica do clero é conclamado veementemente à unidade de doutrina, princípios e ações. Novamente a tonalidade do apelo é indício da grave situação. Gregório XVI, apelando ao clero, diz que “A Nós toca o dever de levantar a voz e envidar todos os esforços, para que o javali não destrua a vinha e o lobo não destroce o

rebanho...” (GREGÓRIO XVI, 1947, p. 6). Ancorando seu argumento em parábolas, esboça que a comunidade católica está à mercê de impetuosos inimigos. A comunidade esboçada na vinha e no rebanho precisa ser protegida através de uma reação e os desviantes reordenados.

O pontífice reitera ao clero que “a *Igreja universal repele toda novidade*” (Ibid., p. 6), em alusão às definições tomadas a partir do concílio de Trento (1545-1563). Novamente encontramos evidências de apelo à unidade. Estas, por sua vez, concentram-se no cerne da questão, que é a adaptação ou renovação frente às transformações decorrentes do espaço temporal. A Igreja, por sua vez, defende seu papel de condutora e ordenadora do rebanho que não deve ser aviltado, e que novidades de qualquer natureza devem ser negadas, condenadas e, por fim, combatidas.

Assim caberia ao orbe católico “trabalhar e vigiar assiduamente, para guardar o depósito da fé, apesar das tentativas dos ímpios, que se esforçam por dissimulá-lo e desvirtuá-lo”. Conclama que “... todo Bispo deve aderir fielmente à Cátedra de Pedro, guardar o depósito da fé santa e apascentar religiosamente o rebanho de Deus que lhe foi confiado” (GREGÓRIO XVI, 1947, p. 7). O apelo à unidade, à primeira vista parece ser mero reconhecimento institucional. Contudo, lembrando do conturbado cenário do século anterior,^{vii} que ainda interferia na vida da Igreja em 1832, é plausível de percepção que todo corpo hierárquico da Igreja se empenhe em enfrentar de forma conjunta as novas transformações. Cercada pelos muros da sua doutrina e dentro de uma política conciliatória, a Igreja neste cenário conturbado se encontra ao pé da fragmentação. E é nesse sentido que o apelo de Gregório XVI deve ser considerado. É a tentativa do retorno à unidade de fato, sob a bandeira de um líder, investido sob a cátedra de Pedro e da doutrina da Igreja Católica.

O documento do pontífice ainda permite compreender que, para a Igreja, a efervescência de novos modelos de pensamento, de ações, de estado, de educação, entre outros, não poderia ser motivo para que esta se submetesse a uma reforma. Gregório, reforçando um princípio tridentino, assevera que

[...] é por demais absurdo e altamente injurioso dizer que se faz necessária uma certa *restauração ou regeneração*, dando-lhe novo vigor, como se fosse de crer que a Igreja é passível de defeito, ignorância ou outra qualquer das imperfeições humanas; [...] (GREGÓRIO XVI, 1947, p. 8)

A suposta necessidade de restauração não teria plausibilidade se fosse orquestrada pelas necessidades das *imperfeições humanas*. E o que se percebe, reforçando nosso argumento anterior, é que a Igreja não é alvo de transformações da doutrina ou de concepções filosófico-teológicas, tais como a

da Reforma Protestante, mas sim, é coagida a se posicionar frente às transformações do século.

Isso leva à condenação taxativa do que a Igreja considerava os *erros do seu tempo*. Condena, 1) a mutabilidade da doutrina da Igreja; 2) o indiferentismo religioso; 3) o delírio da liberdade de consciência; 4) a monstruosidade da liberdade de imprensa; 5) a rebeldia contra as legítimas autoridades; 6) a separação da igreja do estado; 7) a liberdade do mal que certas associações apregoam. Defende por sua vez, o celibato clerical e o matrimônio cristão. Essas letras condenatórias, esboçadas discursivamente pela encíclica, têm seus respectivos equivalentes no espaço secular. Representam a reação contra movimentos de pensamento que defendiam que a Igreja precisaria passar por uma restauração, em que esta aceitaria novos posicionamentos doutrinários, dogmáticos e de organização.

Dentre as condenações, destacamos o ponto que consideramos nevrálgico, tanto pela novidade na sua utilização como pela capacidade de interferência na organização do espaço social: a *monstruosidade da liberdade de imprensa*. Como a historiografia destaca, a imprensa não é novidade no século XIX e vem sendo propagada na Europa desde meados do século XVI (MANGUEL, 1997; CHARTIER, 1999). Contudo, vários fatores limitam sua propagação e socialização: destacam-se a baixa quantidade de pessoas aptas à leitura e o intenso sistema de censura estabelecido tanto pelas igrejas, quanto pelas monarquias.

A condenação da liberdade da imprensa vinha no impulso das transformações intensivadas no século XVIII, ligadas, principalmente, à popularização de manifestações que exaltavam formas laicas de sociedade e de pensamento, em detrimento do controle da autoridade eclesiástica e monárquica. As letras silenciadas pela censura e pelo controle começam a romper os grilhões e alvejam principalmente a autoridade do papa (Igreja) e do rei (monarquia). Mas, cabe lembrar, que o cerne da questão não está na imprensa, e sim, no que ela divulga.

De forma incessante, a popularização de uma forma de imprensa contestatória e ao mesmo tempo iluminista exigia uma reação dos atingidos. As monarquias estabelecem uma censura oficial,^{viii} mas quando de seu interesse, usam a própria imprensa para atacar os inimigos. Inimigo que nos séculos XVIII e XIX passa a ser cada vez mais a Igreja Católica. A Igreja por sua vez, já dispunha de um órgão censor definido pelo Index,^{ix} que proibia ou aprovava as leituras permitidas pela instituição. As instituições atacadas pela imprensa, nestes séculos, cada vez mais perdem o controle sobre a situação. O rei vai apelar às leis extremamente enérgicas enquanto que a Igreja acredita conter

essa insurreição provocada pelas letras, através da condenação da imprensa livre, embasada na sua “legítima autoridade”. Para a Igreja, essa autoridade se sustenta no direito atribuído a ela quando da criação da Sé de Pedro. Assim, apelando para a tradição, usa discursivamente de sua autoridade para condenar os erros do século.

Percebemos, no entanto, que essa reação é vazia de elementos práticos. A Igreja, neste contexto, não vai muito além da condenação pura e simples. Neste aspecto, Pio IX pode ser reconhecido por acalorar, em intensidade, as condenações do seu antecessor. Durante todo seu papado, de 1846 a 1878, dirigiu calorosas letras contra as transformações, condenando as *horrendas doutrinas*, citando suas palavras, que ao seu ver estavam corrompendo a sociedade e questionando a Igreja.^x

O papa Pio IX ascende ao pontificado em meio à concretização dos erros condenados pelo antecessor. Grande parte dos estados nacionais europeus já haviam se laicizado, resultando na separação do estado e da Igreja que teve como consequência principal a secularização do ensino. É sob a égide de seu pontificado que a Igreja perde os Estados Pontífices, que reduz o papa a uma autoridade sem território, restringindo-o a cidade de Roma. Além de questões religiosas, teve que enfrentar a onda liberal que se instalava em todos os segmentos da sociedade.

Roger Aubert confirma que

Esse era o clima em que se preparou uma condenação geral dos ‘erros modernos’, que após diversos ensaios, adquiriu a forma, em dezembro de 1864, de uma encíclica, *Quanta cura*, acompanhada, sob o título de *Syllabus errorum*, de um catálogo contendo oitenta proposições consideradas inaceitáveis. (AUBERT, 1975, p. 42)

A encíclica permite perceber o fervor das acusações feitas à confirmação de vários erros modernos e ao mesmo tempo, uma apreensão. Mas é no clamor da tonalidade que esta se destaca. Conforme seu antecessor, conclama todo orbe católico, lembrando o esforço desempenhado pela Igreja:

Porque, em verdade, Nossos Antecessores, defensores e reivindicadores da sacrosanta religião católica, da verdade e da justiça, cheios de solicitude pelo bem das almas em modo extraordinário, nada cuidaram tanto como descobrir e condenar com suas Cartas e Constituições, cheias de sabedoria, todas as heresias e erros que, contrários a nossa fé divina, a doutrina da Igreja Católica, a honestidade dos costumes e a eterna salvação dos homens, levantaram com freqüência graves tormentas, e trouxeram lamentáveis ruínas, desta maneira, sobre a mesma sociedade civil. (PIO IX, 2006, Decreto 1)

Percebe-se que Pio IX não se liberta da expressividade condenatória, esboçada por Gregório XVI. Mas a encíclica *Quanta cura* é antes de tudo um reflexo do seu tempo e dos limites impostos ao pontífice. É um período no qual a Igreja se encontra sob ataque, não só discursivo, mas inclusive militar, quando da perda dos estados pontífices. Se a tonalidade expressa na *Mirari vos*, pode ser considerada tênue, a *Quanta cura*, mesmo repetindo grande parte das acusações da anterior, assume nesse contexto, um aspecto específico. Gregório XVI antevia possíveis danos, Pio IX, já pôde visualizar ruínas e rupturas, irrompendo desse cenário a primeira grande crise da modernidade.^{xi}

Sob a égide do liberalismo e do naturalismo, o quadro marca um espaço repleto de possibilidades novas envolvendo tanto a sociedade civil, quanto a Igreja Católica. Enquanto a primeira buscava se adaptar, e nem sempre com poucos impactos,^{xii} a Igreja tentava se manter fiel à sua doutrina e a seus dogmas. Entremeio a essa realidade, um poderoso inimigo, gestado a partir do princípio de liberdade individual, cada vez mais ampliava as fendas da estrutura da Igreja. É a proliferação da imprensa sem controle ou censura, a total liberdade de imprensa (AUBERT, 1975, p. 42), que provoca impactos e reações por parte da instituição religiosa. A *monstruosidade da liberdade de imprensa*, destacada na *Mirari vos*, é reforçada com veemência pela *Quanta cura*. Esta chama atenção que

[Os] tramadores malvados... escravos do mal, trataram com suas enganosas opiniões e com seus escritos perniciosos de destruir os fundamentos da ordem religiosa e da ordem social, de tirar do meio toda virtude e justiça, de perverter todas as almas, de separar os incautos – e, sobretudo, a inexperiente juventude – da reta norma dos sãs costumes, corrompendo-a miseravelmente, para enredá-la nos laços dos erros e, por último, arrancá-la do seio da Igreja Católica. (PIO IX, 2006, Decreto 2)

As divulgações, via impressos, de novas formas de pensamento são manifestações correntes no século XIX. O período conturbado de levantes, revoltas e revoluções que antecederam e, até mesmo, marcaram o pontificado de Pio IX, frutificaram de grandes correntes de pensamento.^{xiii} A partir da *Quanta cura*, podemos evidenciar a crítica à propagação desses pensamentos. Entram em voga o socialismo, ancorado na organização dos trabalhadores, representado principalmente por Marx e Engels;^{xiv} juntam-se a estes pensadores, os anarquistas; tem-se o alavancamento do movimento maçônico que assume contornos políticos, defendendo uma postura anticlerical (MARCHI, 1989, p. 53); liberais e livres-pensadores propagam em todos os cantos suas idéias e princípios, sem esquecer o tremendo impacto que provocaram as idéias racionalistas e naturalistas, defendendo a autonomia da ciência moderna.

É este cenário que a Igreja espera combater, mas de antemão é na condenação que esta se ampara. É possível afirmar que a instituição já havia identificado o eixo central da propagação dessas formas de pensamento, a imprensa, através da emissão de *opiniões* e *escritos perniciosos*. Ou como Pio IX lembra aos Veneráveis Irmãos

[...] sabeis, [...] como hoje esses inimigos de toda a verdade e de toda justiça, adversários encarniçados de nossa santíssima Religião, por meio de venenosos livros, folhetos e periódicos, esparramados por todo mundo, enganam os povos, mentem maliciosos e propagam outras doutrinas ímpias, das mais variadas. (PIO IX, 2006, Decreto 8)

Contudo, é um discurso vazio, quando contraposto aos efeitos práticos.

Uma reação mais efetiva vai ser assumida no pontificado de Leão XIII. Serão ações de caráter prático, com capacidade de interferir diretamente na sociedade, amparado em um rigoroso programa de controle, condenação e contra-ataque da imprensa, que a partir desse momento, para a Igreja, passa a ser considerada imprensa má ou ímpia.

Um documento que nos permite analisar as ações do sucessor de Pio IX é a coletânea organizada pelos diretores de *Actes de Léon XIII*, organizada pela casa da boa imprensa, publicada originalmente em Paris.^{xv} O documento é uma síntese das publicações/ações de Leão XIII sobre a imprensa durante seu pontificado (1878-1903). Ressaltamos que, como já apontado anteriormente, as letras deste pontífice não se traduzirão em meras publicações. É o estágio onde as Cartas, Alocuções, Letras e Encíclicas se desdobram em ações práticas.

Na encíclica *Libertas*, de 20 de junho de 1888, Leão XIII questiona que a suposta liberdade de exprimir qualquer opinião possa ser válida. Lembra que

A respeito da liberdade de exprimir pela *palavra* ou pela *imprensa* todo o que se quiser, se esta liberdade não for justamente temperada, se ultrapassar os devidos limites e medidas, desnecessário é dizer que tal liberdade não é seguramente um direito. O direito é uma faculdade moral, e, como dissemos e como se não pode deixar de repetir, seria absurdo crer que esta faculdade cabe naturalmente, e sem distinção nem discernimento, à verdade e à mentira, ao bem e ao mal. [...] Concedei a todos a liberdade de falar e escrever, e nada haverá que continue a ser sagrado e inviolável; nada será poupado, nem mesmo as verdades primárias, esses grandes princípios naturais que se devem considerar como um nobre patrimônio comum a toda a humanidade (LEÃO XIII, 1947, p. 3-4) Grifos no original.

De forma distinta dos antecessores, essa postura mais enfática não remete a uma simples condenação. Amparado em discussões teológicas e por uma lógica eclesial, procura demonstrar que a banalização das letras e opiniões, associada a sua propagação, não tem nenhum controle. Ancora sua afirmação na

estrutura do direito. Este por sua vez, organizando seus primados a partir da moral social, pode determinar o que se presume como certo ou errado. Reconhece, portanto que a proliferação da imprensa não é um processo natural, mas está embasado dentro da própria sociedade. Contudo, reclama que a suposta naturalidade deve ser lembrada, condenada e combatida a partir do estabelecimento de clivagens de controle. Isso nos permite compreender que a Igreja, amparada na sua tradição, julga-se detentora de um arcabouço moral para determinar e interferir no que estava sendo publicado e, portando, manter a ordem e a organização da cristandade.

Nos argumentos do pontífice podemos aferir a definição de uma forma de imprensa que seria danosa à moral da sociedade. Classifica-a como uma imprensa má ou ímpia, condenando-a por ser supostamente corruptora dos valores mais essenciais da vida social e também das verdades naturais. Dessa publicação/ação percebem-se indícios de que as letras pontifícias estão sendo usadas na reação do clero contra inimigos que combatem a instituição pela imprensa.

A esse respeito cita, na encíclica aos Bispos da Itália, de outubro de 1890 (LEÃO XIII, 1947, p. 5), que um dos principais objetivos da imprensa ímpia, de acordo com o exemplo francês é “'Solapar, por todos os meios, o clericalismo (ou catolicismo) em todos os seus fundamentos e mesmo nas fontes da vida, isto é, na escola e na família', eis a *palavra de ordem* dos franco-maçons” (Grifos no original). Com isso lembra ao orbe católico que uma organização, não reconhecida, atenta contra os princípios de direito e à moralidade, contra a Igreja e contra sociedade. Tendo como foco a maçonaria, Leão XIII não se limita a condenar, mas alerta que as ações dessa forma de imprensa serão danosas à família e à escola.

Da mesma forma, genericamente, alerta aos bispos sobre quão perigosa é a má imprensa. Aponta que os estragos decorrentes não podem ser esquecidos. Falando aos bispos da Itália, através de Encíclica de 15 de Fevereiro de 1882, procura mostrar como

[...] esses jornais de desordem e de iniquidade, cujos excessos as leis são impotentes para refrear e o sentimento do pundonor é incapaz de conter as tristes extravagâncias. [...] perseguem hostilmente a Igreja e o Pontífice supremo com maldições cotidianas e acusações caluniosas. [...] Vós deveis, por meio de graves e severas advertências, levar os fiéis a manterem-se em alerta, e empregarem uma prudência religiosa na escolha de suas leituras. (LEÃO XIII, 1947, p. 5-6)

É por esse motivo que a má imprensa, por ser considerada contra Deus, contra a Revelação, contra a verdade, contra a Igreja, contra a virtude e a sociedade, precisa ser combatida (Ibid, p. 6-7). Lembra ao clero que

Por isso a Igreja, guardiã vigilante da fé e dos costumes, receando um mal tamanho, compreendeu logo que era necessário tomar medidas contra tal flagelo. Este é o motivo por que sua preocupação constante tem sido a de *afastar os homens*, na medida de suas possibilidades, deste veneno terrível, que é a leitura dos maus livros (LEÃO XIII, 1947, p. 8). Grifos no original.

A dedicação esmerada de combate à imprensa má é numericamente superior às ações dos pontífices anteriores. De forma sistemática, Leão XIII busca instruir e ordenar o clero e os cristãos. A preocupação central é a Igreja Católica, que em decorrência da sua progressiva separação do Estado volta-se para si, assumindo o compromisso de uma unidade ordenada.

Manter os fiéis distantes das informações divulgadas pela imprensa má é uma das primeiras saídas. Na mesma oportunidade, em 1897, proclama ao clero que

Os jornais, as folhas e publicações periódicas, que atacam sistematicamente a religião nos seus bons costumes, *são proibidos*, não apenas por direito natural, mas ainda por direito eclesiástico. Onde for necessário, os Ordinários cuidarão de advertir, a este respeito, os fiéis do perigo e dos efeitos perniciosos de tais leituras. Os católicos, sobretudo os eclesiásticos, *abstenham-se de escrever* nesses jornais, nessas folhas ou publicações, sem um motivo justo e razoável. (p. 8)

Na proibição não encontramos muita novidade, pois não destoa das letras condenatórias. Contudo, o pontífice instrumentaliza seu clero a fazer uso das prerrogativas do direito. Portanto, ao aludir ao direito natural e eclesiástico, subsidia os argumentos a serem observados no contra-ataque pelos bispos nas suas dioceses. Também é oportuno destacar que o exemplo deve partir de quem quer ser o exemplo, a Igreja. Portanto exige que o clero se afaste e não utilize essa forma de imprensa, a não ser para combatê-la. Mas a ação de Leão XIII iria além, quando concebe que o combate a má imprensa deve se dar de forma sistemática em todos os níveis, do pontífice, passando pelo clero, até aos fiéis. Aos últimos, lembrando os bispos da Hungria, quer que “compreendam que também eles têm esforços a envidar neste sentido; que aos *escritos devem opor os escritos*, aos males, remédios adequados.” (LEÃO XIII, 1947, p. 9) Grifo no original.

Dentro do processo de reação e reordenamento da Igreja e dos fiéis, frente às transformações e fendas provocadas pela proliferação da “imprensa má”, veremos que o combate se dará em campo aberto. Não basta proibir e instruir o

clero e os fiéis a tomar cuidado e se abster dessa forma de informação, pois devemos levar em consideração a fragilidade em torno da unidade da Igreja, principalmente no campo da população. Enquanto o clero poderia ser submetido a uma ordem hierárquica, os fiéis estariam em campo aberto, à mercê das informações ventiladas pela imprensa má.

Com essa percepção, Leão XIII escrevendo aos bispos do Peru, assume que para enfrentar o mal deve-se combatê-lo com as mesmas armas, propondo a criação da boa imprensa como uma necessidade. Expressa que

Certamente será de muita utilidade que as pessoas instruídas e piedosas se consagrem a publicações cotidianas ou periódicas, uma vez que os erros se vão, assim, dissipando aos poucos e gradativamente, a verdade se espalhará, as almas adormecidas despertarão e hão de professar publicamente e defender com denodo a fé que elas cultivam em si para a sua salvação. (p. 10-11)

A proposta do pontífice precisará de uma organização, pois a partir da percepção de que as letras precisam ser combatidas pelas letras, contrapondo a informação danosa à sociedade a uma que defendesse a vida sã e sagrada, não poderia ser livre e solta. Como já demonstramos, os “inimigos” que utilizam desse meio de comunicação para atacar a Igreja já vem sendo apontados desde o começo do século XIX. O seu reconhecimento, *a priori* pode parecer o suficiente, mas percebe-se que a instituição não pode se submeter aos riscos da proliferação de uma diversidade de opiniões sobre o mesmo inimigo, que a leva a buscar um ataque uníssono.

Objetivando manter essa unidade, encontramos na encíclica aos Bispos da Hungria, de 22 de Agosto de 1886, evidências de como deveria ser procedida a implantação da boa imprensa. Aos bispos orienta que

Para evitar opiniões errôneas ou para extirpá-las, é vantajoso fazer difundir copiosamente, entre o povo, escritos conforme a verdade e aptos a conduzir a virtude. Com esta finalidade louvável e salutar sabemos que já se fundaram *algumas Sociedades*, e que não é em vão que elas desenvolvem sua atividade. Desejamos também vivamente vê-las multiplicarem-se em número e produzirem, cada dia, frutos mais abundantes. (LEÃO XIII, 1947, p. 13)

A saída proposta na organização de sociedades não se limita somente nas vantagens advindas da coletividade. Presume-se que de forma conjunta os custos das publicações seriam mais reduzidos e seriam pagos pelos organizadores da *sociedade*. Claro que estas estariam submetidas a um controle de censura de um membro do clero. Ao mesmo tempo, as *sociedades* espelhariam, de forma conjunta, um modelo de comunidade cristã, organizada

em torno dos princípios, dogmas e da doutrina da Igreja Católica. Índícios dessas assertivas podem ser encontrados nas normas gerais da organização da boa imprensa. De forma geral, o pontífice aconselha que a boa imprensa deveria defender a religião e a sociedade, observar suas obrigações, obedecer à Santa Sé, não pôr entraves ao Episcopado, estar unidos firmemente, procurar o interesse comum, possuir grande caridade, evitar polêmicas entre si, permanecer dignos e, sobrepujar os maus.

Essas análises pontuadas num contexto centralizado nas ações do pontificado da Igreja Católica, abarcando as principais ações sobre os problemas do século XIX e sua propagação na imprensa, servem para o entendimento de como esse processo vai se estender e consolidar em ações para outras regiões, fora do cenário europeu.

A partir das análises é possível concluir que a Igreja não só se empenhou em esforços para se reconhecer enquanto instituição, como buscou reforçar sua legitimidade frente aos fiéis, buscando seu reconhecimento. As ações dos pontífices do século XIX centraram grande parte de suas atenções, dentro desse processo, à imprensa.

Nos seus discursos, os papas permitem entender o contexto como uma situação nevrálgica para a Igreja, pois estava em jogo a disputa pela manutenção de identidade do *ser* católico, definida pelo clero e o reordenamento da Sé Católica em torno de um projeto único de reconhecimento. Essas pautas, marcadas pelo questionamento feito pela imprensa considerada má, entrarão nas ações práticas da instituição, através do combate deste instrumento de comunicação, considerado ímpio, via condenações e a propagação de uma contra-imprensa, organizada, mantida e apoiada pelo clero.

Referências bibliográficas

ARNS, Paulo Evaristo. **O que é Igreja**. São Paulo: Abril Cultural : Brasiliense, 1985. p. 106-121

AUBERT, Roger. **A nova história da Igreja – A igreja na sociedade liberal e no mundo moderno**. (Tomo I). Petrópolis/RJ: Vozes, 1975.

BOURDIEU, Pierre. **Economia das trocas simbólicas**. 5 ed. São Paulo: Perspectiva, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 7 ed. Rio de Janeiro: Beltrand Brasil, 2004.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. 2 ed.

146

Petrópolis, 1996.

CHARTIER, Roger. **A aventura do livro: do leitor ao navegador**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

GREGÓRIO XVI. **Mirari vos – sobre os principais erros do seu tempo**. Rio de Janeiro: Vozes, 1947.

HOBBSAWM, Eric J. **A era das Revoluções – 1789-1848**. 9 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

LEÃO XIII. **Sobre a imprensa – (excertos)**. Petrópolis; Rio de Janeiro; São Paulo: Editora Vozes Ltda, 1947.

MANGUEL, Alberto. **Uma história da leitura**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

MARCHI, Euclides. **A igreja e a questão social: o discurso e a práxis do catolicismo no Brasil (1850-1915)**. São Paulo: Universidade de São Paulo: 1989. Tese de doutorado apresentada ao departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. 297 f.

PIERRARD, Pierre. **História da Igreja**. 3 ed. São Paulo: Edições Paulinas, 1983. p. 205.

PIO IX. **Quanta Cura**. Disponível em www.multimedios.org. Acesso: 23 ago. 2006.

VILLALTA, Luiz Carlos. O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura. In. MELLO E SOUZA, Laura (org.). **História da Vida Privada no Brasil; cotidiano e vida privada na América Portuguesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 332-385.

WERNET, Augustin. **A Igreja Paulista no Século XIX: a reforma de D. Antonio Joaquim de Melo (1851-1861)**. São Paulo: Ática, 1987.

ⁱ Para Bourdieu o poder simbólico é capaz de “constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a acção sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou económica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário”. (BOURDIEU, 2001, p. 14)

ⁱⁱ Eric Hobsbawm (1996) analisa as principais transformações ocorridas a partir da década de 1780, localizadas principalmente no continente europeu e que progressivamente provocaram transformações no decorrer do século XIX. Não é nosso objetivo discutir com o autor, mas sim apropriar-se da definição de *revolução* presente nas novas formas de organização social, política, econômica, religiosa, etc.

ⁱⁱⁱ Um dos expoentes dessa forma de pensamento é Montesquieu, que “... exaltava o regime que asseguraria ‘ao homem o máximo de independência com a maior igualdade’ e condenava implicitamente a aliança entre o trono e o altar”; da mesma forma, Diderot através da *Enciclopédia* se apresenta como um ferrenho adversário do cristianismo. Mas vai ser Voltaire que com os princípios de liberdade e tolerância começará a romper os preceitos petrificados pela tradição da Igreja Católica. (cf. PIERRARD, 1983, p. 205)

iv Pierrard destaca o jansenismo como um dos movimentos principais. Afirma que este “não foi apenas uma teologia e um rigorismo; foi também uma eclesiologia, que exaltava o episcopado em detrimento das ordens religiosas e do papado e cujas tendências presbiterianas eram evidentes”. Mas também o galicanismo provocou fendas profundas dentro da Igreja, pois defendia que a “Igreja galicana fosse protegida pelo rei contra o absolutismo romano”. Ambos tiveram ressonância na revolução francesa e nos seus desdobramentos (PIERRARD, 1983, p. 199-202).

v Usamos em nosso trabalho a seguinte referência: GREGÓRIO XVI. **Mirari vos – sobre os principais erros do seu tempo**. Rio de Janeiro: Vozes, 1947.

vi O cardeal D. Evaristo Arns, na sua síntese da história da Igreja destaca movimentos e acontecimentos históricos que provocaram questionamentos e contestações: a ascensão da doutrina de Maomé a partir do século VIII; 2) o cisma do oriente em 1054; o exílio dos papas no século XIV; o cisma do ocidente desencadeado por Lutero, Calvino e Zwinglio, entre outras situações que percorrem os séculos XIX e XX. (ARNS, 1985, p. 106-121).

vii Basta citar os diversos movimentos de expropriação dos bens e do papel da Igreja ocorrida principalmente na última metade do século XVIII, com a ascensão de déspotas esclarecidos ao trono de diversos reinos europeus. (Cf. PIERRARD, 1983, p. 206-208)

viii Um exemplo dessa forma de controle pode ser encontrado nas análises de Luis Carlos Villalta (1997, p. 332-385). O autor destaca que o Império português aplicava ao Brasil, às colônias africanas e às suas possessões na Ásia um rígido controle da leitura. Havia censores nos portos, sendo todas as leituras que atentavam contra a *Rei*, contra a *Fé* ou contra a *Lei* proibidas.

ix O Index – índice de leituras condenadas e proibidas – é instalado dentro do concílio de Trento, em 1557, e juntamente com o Santo Ofício, serviu para a extirpação dos “inimigos” e males e defender a Igreja. (PIERRARD, 1983, p. 188).

x A referência básica desse argumento está na Encíclica *Quanta Cura*, publicada em 8 de dezembro de 1864. O documento trata dos principais erros do seu tempo. As citações que seguem foram extraídas do documento eletrônico, consultado e disponível na Biblioteca Eletrônica Cristiana, acessível no sítio eletrônico www.muldimedios.org, com tradução livre do autor. PIO IX. **Quanta Cura**. Decreto 1. Disponível em www.multimedios.org. Acesso: 23 ago. 2006.

xi Euclides Marchi indica que a realidade enfrentada por Pio IX, e sua reação a partir da publicação da encíclica *Quanta Cura* e do *Syllabus errorum* são demonstrações de contra-ataque. Cita que “as idéias contemporâneas eivadas de liberalismo não foram aceitas ou digeridas pelo papa que no início de seu pontificado, parecia ser mais indicado para a compreensão da nova realidade vivida pelo mundo.” (MARCHI, 1989, p. 54).

xii Roger Aubert destaca que um grande problema do século XIX que a Igreja buscava enfrentar e se posicionava contra, eram os abusos provocados pelo liberalismo econômico na área social, que a partir da expropriação do campo e do advento da revolução industrial, deixou um contingente populacional à mercê da miséria. (AUBERT, 1975, p. 42)

xiii Sobre as ondas de levantes, revoluções e ideologias que marcaram o período entre 1789 à 1848, (cf. HOBBSAWM, 1996).

xiv Apesar de não ser um dos primeiros indícios deste movimento, o *Manifesto Comunista*, publicado por Marx e Engels em 1848, e a organização de sindicatos de trabalhadores representa que os perigos apontados por Gregório XVI estavam se efetivando o que exigia uma reação da Igreja. Estes acontecimentos vão marcar o início do pontificado de Pio IX.

xv Nota da edição atual feita pelo editores do Brasil. Utilizamos a publicação brasileira publicada pela editora Vozes, em 1947. LEÃO XIII. **Sobre a imprensa – (excertos)**. Petrópolis; Rio de Janeiro; São Paulo: Editora Vozes Ltda, 1947. 31 páginas.